



GT 1 – EDUCAÇÃO LINGÜÍSTICA E LITERÁRIA

GRAMÁTICA E LINGUAGEM: FERRAMENTAS PARA O DESENVOLVIMENTO PROFISSIONAL E A ATUAÇÃO NO MUNDO

Gabriel Vinícios da Silva Oliveira, Universidade Católica de Pernambuco (UNICAP)
Samarha Beatriz de Andrade Lima, Universidade Católica de Pernambuco (UNICAP)
Flávia Tavares da Costa Ramos, Universidade Católica de Pernambuco (UNICAP)

RESUMO

O presente artigo propõe uma resignificação da gramática normativa, tradicionalmente vista como instrumento de opressão, ao evidenciar seu potencial como ferramenta de emancipação social e profissional. A partir dos pressupostos da educação libertadora de Paulo Freire, discute-se como o domínio consciente da linguagem — especialmente da norma culta — pode ampliar a empregabilidade, fortalecer a cidadania e possibilitar a leitura crítica do mundo. A pesquisa, de caráter bibliográfico, articula os estudos de autores como Bagno, Faraco e Bortoni-Ricardo, defendendo uma prática pedagógica que respeite a diversidade linguística e posicione o professor como mediador entre os saberes populares e escolares. A partir da valorização da diversidade linguística e da atuação docente como agente letrador, defende-se uma pedagogia que supere o viés excludente da norma padrão e transforme a gramática em ferramenta de libertação e equidade.

Palavras-chave: Gramática; Linguagem; Empregabilidade; Norma Culta; Educação Libertadora.

INTRODUÇÃO

A gramática normativa é frequentemente retratada como um mecanismo de exclusão social, associada a uma visão elitista da linguagem que favorece determinados grupos em detrimento de outros, conforme afirma Marcos Bagno

(1999). Muitos críticos afirmam que a imposição da norma culta reforça desigualdades e marginaliza aqueles que não dominam suas regras. Essa perspectiva, embora tenha fundamentos, ignora uma dimensão crucial: o conhecimento da linguagem pode ser uma ferramenta de libertação, não de opressão.

A partir da concepção de educação libertadora proposta por Paulo Freire, entende-se que o domínio da linguagem é um passo essencial para a leitura crítica do mundo e para a transformação da realidade social. Para Freire (1987), “a leitura do mundo precede a leitura da palavra”, e é por meio do diálogo e da problematização da realidade que o sujeito se torna capaz de intervir criticamente no seu contexto. Nesse sentido, a educação não deve ser um ato de transmissão, mas um processo dialógico que possibilita a emancipação. A apropriação da norma culta, quando compreendida não como imposição, mas como ampliação de possibilidades comunicativas, pode empoderar os indivíduos, abrir portas no mercado de trabalho e fortalecer sua participação ativa na sociedade.

Neste contexto, este artigo propõe analisar a gramática como meio de emancipação social, discutindo sua relevância para a empregabilidade e para a interpretação crítica das situações cotidianas, tendo como base teórica os princípios da educação libertadora de Paulo Freire.

1. A EDUCAÇÃO LIBERTADORA E A LINGUAGEM COMO INSTRUMENTO DE TRANSFORMAÇÃO

A compreensão da gramática normativa, longe de ser um instrumento de opressão, pode representar um poderoso recurso de ascensão social e fortalecimento da cidadania. Sob a ótica da educação libertadora proposta por Paulo Freire, o domínio da linguagem não se restringe à obediência a normas, mas é uma ferramenta de leitura crítica do mundo e de transformação da realidade. Como afirma o autor, “a leitura do mundo precede a leitura da palavra” (FREIRE, 1989), ou seja, a linguagem está intimamente ligada à forma como o

sujeito compreende e intervém em seu contexto.

Nesse sentido, analisar o ensino da gramática, quando compreendida e ensinada como instrumento de empoderamento, amplia as possibilidades de atuação profissional. Dados da Catho (2019) apontam que profissionais que demonstram bom domínio da língua portuguesa têm até 38% mais chances de serem contratados ou promovidos. Além disso, a Confederação Nacional da Indústria (2018) revelou que 63% das empresas brasileiras enfrentam dificuldades para encontrar candidatos com habilidades adequadas de leitura, escrita e interpretação. Tais estatísticas evidenciam que a competência linguística não é apenas desejável, mas essencial para a inclusão no mercado de trabalho, sendo a gramática um meio concreto de mobilidade social e emancipação individual.

1.2 SUPERANDO A VISÃO OPRESSORA DA GRAMÁTICA

A visão da gramática normativa como opressora está ligada ao modo tradicional de ensino, marcado por autoritarismo, descontextualização e foco exclusivo na correção. Essa abordagem ignora a diversidade linguística e pode gerar exclusão e sentimento de inadequação entre os alunos. Faraco (2008) critica esse modelo por tratar a norma padrão como única forma legítima da língua, desvalorizando as variedades populares. Em resposta, propõe uma pedagogia da variação linguística, que reconhece os diferentes falares como legítimos e fortalece o papel do professor como agente de transformação social. Nessa perspectiva, alinhada aos ideais de Paulo Freire, a gramática torna-se ferramenta de emancipação, e não de repressão.

Para Freire, “ensinar exige respeito à autonomia do educando” (FREIRE, 1996), o que implica reconhecer que a linguagem do aluno tem valor e deve ser o ponto de partida para a construção do conhecimento. A gramática, nesse contexto, deixa de ser um fim em si mesma e passa a ser uma ferramenta para ampliar a capacidade de expressão, de argumentação e de inserção social. O ensino crítico da língua permite ao sujeito dominar as formas cultas sem

abandonar sua identidade linguística. Assim, o domínio da gramática passa a ser um aliado na construção do conhecimento e no fortalecimento da confiança na própria comunicação.

1.3 O PROFESSOR COMO MEDIADOR DA DIVERSIDADE LINGUÍSTICA

A presença da diversidade linguística nas salas de aula brasileiras exige uma postura pedagógica que vá além da simples transmissão da norma culta. Nesse contexto, Bortoni-Ricardo (2004) destaca a importância do professor como mediador entre o saber popular e o saber escolar. Para a autora, o educador precisa compreender as variações linguísticas como manifestações legítimas da identidade dos falantes, e não como erros a serem corrigidos.

Ainda sobre a perspectiva de Bortoni-Ricardo, torna-se essencial analisar uma formação crítica que prepare o docente para enfrentar os preconceitos linguísticos enraizados na sociedade e promover uma educação que respeite e valorize a multiplicidade dos falares. Ao assumir esse papel mediador, o professor contribui para uma prática pedagógica mais democrática, que acolhe as experiências linguísticas dos alunos e fortalece sua autoestima e participação cidadã.

2. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Conclui-se que a gramática normativa, embora muitas vezes seja vista como uma forma de opressão, pode se tornar uma ferramenta de transformação pessoal e social quando ensinada com diálogo, respeito e consciência crítica. Nessa perspectiva, ela deixa de ser uma imposição e passa a representar um caminho para ampliar o acesso ao conhecimento, à cidadania e ao mundo do trabalho.

A partir das ideias de Paulo Freire, compreende-se que ensinar a língua não deve ser um ato de dominação, mas de libertação. Dominar a gramática é também dominar formas de dizer, argumentar, interpretar e participar ativamente

da sociedade. Assim, o conhecimento linguístico pode ajudar na inclusão social, no fortalecimento da autoestima e na abertura de novas oportunidades.

Portanto, é essencial repensar o modo como a gramática é ensinada nas escolas. Ao invés de afastar os alunos com regras duras e cobranças excessivas, é possível aproximá-los por meio de uma educação que respeita suas vivências e que oferece a linguagem como uma chave para conquistar espaço, voz e autonomia na vida.

REFERÊNCIAS

BAGNO, Marcos. Preconceito linguístico: o que é, como se faz. 56. ed. São Paulo: Edições Loyola, 2020.

BORTONI-RICARDO, Stella Maris. Educação em língua materna: a sociolinguística na sala de aula. São Paulo: Parábola Editorial, 2004.

FARACO, Carlos Alberto. Por que precisamos de novas gramáticas normativas. Revista da Associação Brasileira de Linguística, [S. l.], v. 7, n. 1, 2008. Disponível em: <https://revista.ojs.abralin.org/index.php/abralin/article/view/1440>. Acesso em: 14 maio 2025.

FREIRE, Paulo. A importância do ato de ler: em três artigos que se completam. 23. ed. São Paulo: Cortez, 2021.

FREIRE, Paulo. Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa. 25. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua – Educação 2022. Rio de Janeiro: IBGE, 2023. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/>. Acesso em: 26 abr. 2025.

NOTA

O autor e a coautora contaram com o auxílio da Inteligência Artificial ChatGPT (versão GPT-4-turbo) para a revisão de possíveis erros ortográficos, de estrutura e organização textual. Ressalta-se, entretanto, que todas as pesquisas, seleção de referências e a elaboração das ideias presentes no artigo foram desenvolvidas de forma autoral.